

Journal do Senado  
26/10/98 Pg 2  
57

# Marina quer Brasil na vanguarda ambiental

Senadora pede ao governo que defina uma proposta destinada a impedir o aumento da devastação da floresta amazônica

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse na sexta-feira que o governo brasileiro precisa definir uma proposta, visando impedir o aumento da devastação da floresta amazônica, e apresentá-la ao mundo para buscar uma posição de liderança na vanguarda do desenvolvimento ambiental entre os países do Hemisfério Sul. Tal proposta, a seu ver, já poderia estar incluída entre as que serão encaminhadas à IV Conferência das Partes, que será realizada em Buenos Aires no início de novembro, quando serão discutidas alternativas de desenvolvimento sustentável, também chamadas de "mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL)".

A senadora abordou o assunto no Seminário Sobre Climas e Ecossistemas Brasileiros, que terminou na tarde de sexta-feira na sala da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Ela lembrou que o Brasil já tem propostas de desenvolvimento "limpo", como a do aproveitamento de suas riquezas naturais, entre elas os recursos hídricos, "mas até o momento não desenvolveu uma ação radical para extinguir a ação predatória contra áreas ainda intactas de florestas". O aumento da devastação provoca mais emissão

de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) na atmosfera e traz como consequência o aquecimento da Terra, explicou.

Marina Silva disse que um dos pontos básicos do seminário é a discussão sobre o mecanismo global que auxilia na redução de gás carbônico na atmosfera, chamado de "sumidouro de carbono", que tem a participação fundamental dos países detentores de grandes florestas e recursos energéticos naturais. Estes "sumidouros

**"O país não desenvolveu uma atuação radical para extinguir a ação predatória contra áreas ainda intactas"**

de carbono" dependem da manutenção de florestas tropicais e de cerrado já existentes, além dos oceanos e de reflorestamento, que retêm o gás no solo e nas plantas impedindo a sua expansão e o conseqüente aumento da temperatura do planeta.

Conforme explicou o palestrante Rubens Bonr, representante da ONG Vitae Civilis, outra medida que está sendo adotada por determinação da Conferência de Kyoto, no Japão, cria um mecanismo econômico para alimentar o processo de despoluição.

Segundo ele, os países mais adiantados em tecnologia e, portanto, maiores poluidores, pagariam aos países detentores de grandes áreas de florestas pelo "armazenamento" deste carbono que emitem. Com isso, os grandes poluidores, além do compromisso em diminuir a emissão de carbono, possibilitariam aos países menos industrializados o financiamento de projetos de "desenvolvimento econômico limpo" e a manutenção de suas florestas.

Essa novidade, no entanto, deveria caminhar em conjunto com alternativas de prevenção e educação sócio-ambiental para o desenvolvimento econômico de determinadas regiões do planeta, evitando que a atividade "estacione no nível meramente mercadológico", segundo destacaram os ambientalistas presentes ao seminário.

Ao final do encontro, foi aprovada a Carta de Brasília Sobre Mudança Climática e o Protocolo de Kyoto, recomendando que os países mais industrializados devem se empenhar desde já na criação de mecanismos que reduzam as emissões de gás carbônico e não esperar até o ano 2008 para começar, como determina o acordo assinado em Kyoto.